Falta de professores paralisa colégios da rede pública

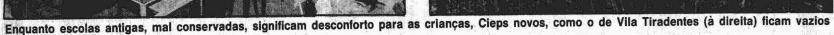
VERA DIAS

A deficiência de professores é a dificuldade mais séria que o Secretário estadual de Educação, Carlos Alberto Direito, terá de enfrentar para colocar em funcionamento até o próximo dia 15 de abril todas as escolas tradicionais e Cieps da rede pública do Estado. Depois disso, a carência de material em vários colégios e a precariedade de muitos prédios, problemas decorrentes da falta de verbas e que muitas vezes se refletem no próprio rendimento escolar.

Apontada pela Secretaria como a área onde a falta de professores é um problema "crônico e crítico", a Baixada Fluminense apresenta um déficit estimado em mais de três mil regentes. Só em Nova Iguaçu há uma carência de 701 professores para suprir as necessidades de uma rede de 97 escolas, segundo dados do Centro Regional de Educação (Crec). Uma estatística que não leva em conta a demanda dos quatro Cieps prontos para começar a funcionar e dos 18 em fase de conclusão. Considerando que cada Centro precisa de 36 regentes, a deficiência cresce para 1.493 professores.

Em São João de Meriti, a situação não é menos crítica. Só na região de Vilar dos Telles, há seis Cieps prontos, com direção empossada, pessoal de apoio lotado e mais de 2.500 alunos matriculados, que ainda não iniciaram as aulas por falta de professores. Segundo a Diretora de um deles — o Centro Integrado de Vila Tiradentes —, Vera Lúcia Rosa de Souza, o Município já chamou todos





os regentes que no último concurso para o magistério público foram aprovados para lecionar em Meriti e seus distritos.

O que a Secretaria nos prometeu — continua — foi remanejar para cá os professores aprovados para outros municípios e ainda não chamados. Mas se isso não for feito até o próximo dia 15, não teremos como recuperar o ano letivo, mesmo avançando pelas férias de julho e de fim

de ano.

Essa deficiência de professores não atinge apenas os Cieps de São João de Meriti. Em alguns casos, tem determinado até a extinção de cursos. Foi o que ocorreu no Colégio Estadual Caetano Belloni, onde a ca-

rência de 15 regentes determinou o fechamento do Segundo Grau no ano passado. Segundo a Diretora Sylvia Regina Martins Glória, antes de fechar o curso funcionou durante dois anos com apenas três professores e sempre com uma demanda de 300 alunos para a primeira série.

E o problema não se limita ao secundário. Segundo Sylvia Regina, o Primeiro Grau precisa de 20 professores, deficiência que obriga o curso a funcionar sem oferecer aulas de Educação Física e que determina que duas turmas da quinta série não tenham aulas de História e Geografia e dez do segundo segmento não aprendam Inglês.

A carência de professores não se

restringe, porém, à Baixada Fluminense. No Município do Rio de Janeiros, vários cursos supletivos funcionam precariamente em função dessa deficiência e no interior do Estado e Grande Niterói, o problema assume proporções mais graves. Em Anaia, distrito de São Gonçalo, a Escola Estadual Francisco de Paula Achilles teve 34 dos seus 42 professores remanejados para outras unidades pelo Núcleo de Educação, sem que os substitutos tivessem sido determinados. Com isso, os 600 alunos que cursam o Primeiro Grau e o Supletivo noturno estão com várias disciplinas sem titular e com apenas três professores para as 15 turmas da primeira à quarta série.

— A comunidade está revoltada e já entrou com uma notificação judicial na Secretaria Estadual de Educação para resolver o problema conta a Presidente da Comissão de Educação da Famerj, Herbene Gomes.

I ESCOLA VIVA

Em Paracambi, o problema é idêntico: na Escola Estadual Professora Odete Teixeira da Silva, no bairro de Lages de Guarajuba, 700 alunos da quinta à oitava série estão sem aulas por falta de professores. Os que até agora foram lotados na unidade, todos aprovados no último concurso e remanejados de outros municípios, não são suficientes para reger nem todas as turmas da primeira à quarta série.